

Ensino primário, ideário republicano e a criação do primeiro grupo escolar de Bebedouro

(Elementary teaching, republican ideas and the creation of the First School Group in Bebedouro)

Camila Cristina Archioli Ferreira¹; José Pedro Toniosso²

¹ (G) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
camila_map1@hotmail.com

² (O) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro – SP
jptoniosso@gmail.com

Abstract. *This work analyzes the main educational reforms occurred in Brazil between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, highlighting the initiatives developed in the state of São Paulo and that resulted in a process of rationalization and standardization by the creation of School Groups. Through this perspective, the research has been based in reviewing of literature and documental analysis, with the aim of identifying the relation between the implementation of the referred proposal in the State of São Paulo São Paulo and specifically the foundation of the first School Group in the township of Bebedouro, countryside of the state. The observation of aspects such as architecture concepts, principal's profile, the mastership assignments and characteristics of the faculty makes it possible to identify the importance of creation of the referred school for the local society in a period of economic development, which required a new professional profile, in which education was considered more and more required.*

Keywords: *School Group. Elementary School. Bebedouro.*

Resumo. *Este trabalho analisa as principais reformas educacionais ocorridas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, com destaque às iniciativas desenvolvidas no estado de São Paulo e que resultaram em um processo de racionalização e padronização por meio da criação dos Grupos Escolares. Nesta perspectiva, a pesquisa se fundamentou em revisão de literatura e análise documental com o objetivo de identificar a relação existente entre a implementação da referida proposta no estado de São Paulo e especificamente a fundação do Primeiro Grupo Escolar do município de Bebedouro, no interior do estado. A observação de aspectos como concepção arquitetônica, perfil do diretor, exercício do magistério e características do corpo discente permitem identificar a importância da criação da referida escola para a sociedade local em um momento de franco desenvolvimento econômico, o qual exigia um novo perfil profissional, no qual a escolaridade era considerada cada vez mais necessária.*

Palavras-chave: *Grupo Escolar. Ensino Primário. Bebedouro.*

1. Introdução

O presente estudo foi estruturado a partir de pesquisa bibliográfica, na qual analisamos livros e artigos científicos referentes à História da Educação do período entre o final do século XIX e início do século XX. Além de análise documental em fontes primárias com registros de dados da época da fundação do Grupo Escolar de Bebedouro (1913) e que se encontram disponíveis no acervo do Centro de Memória Escolar da Escola Estadual Abílio Manoel.

O artigo foi estruturado em três seções. A primeira seção, denominada *A Educação do Brasil no contexto republicano*, analisam-se os conflitos de ideias e concepções que impulsionaram transformações na educação brasileira; principalmente a valorização da educação pública elementar, processo que incluiu a gratuidade e a obrigatoriedade deste segmento de ensino. Neste contexto, é destacada na segunda seção a Reforma Paulista da Instrução Pública de 1892, que fundamentou a criação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, escolas estruturadas nos moldes europeus que eram voltadas exclusivamente para o ensino primário e que se tornaram referência para os demais estados brasileiros.

A terceira seção investiga o contexto histórico que gerou a fundação do primeiro Grupo Escolar de Bebedouro, vinculado ao processo de unificação das escolas isoladas nos grupos escolares implementado no estado de São Paulo estava relacionado com a racionalização e padronização do ensino, estruturado em plena disciplina e ordem, objetivava a formação do novo cidadão republicana. Nesta perspectiva são analisados aspectos como a concepção arquitetônica eclética da construção e o perfil do diretor, nomeado pelo governo e responsável por todos e tudo no grupo escolar.

É investigado também o exercício do magistério nas novas escolas, considerando a formação profissional exigida e a prática docente de acordo com os novos padrões de ensino da época e, finalmente, a divisão entre meninos e meninas em uma escola com significativa presença de imigrantes entre os alunos.

Os dados apresentados e analisados permitem compreender aspectos do contexto educacional brasileiro no início do período republicano, com destaque às especificidades da educação no município no referido período, no qual o ensino primário tem considerável relevância no processo de desenvolvimento e modernização local e regional.

2. A educação do Brasil no contexto republicano

Após décadas de regime monárquico, o Brasil republicano iniciou-se no fim do século XIX, mais precisamente em 1889. Neste contexto, de acordo com Aranha (2006), conflitos de ideias e concepções pedagógicas impulsionaram mais transformações na educação e estas já podiam ser observadas no cenário educacional, embora prevalecesse o descompromisso do poder público com o ensino primário.

Vigorosas discussões e tomadas de posição acerca das precárias condições do ensino escolar primário brasileiro faziam presentes nas últimas décadas do Império, herdando a República, em rico legado, propostas no sentido de repensar os problemas educacionais do país. [...] (BOTH, 2012,p.3)

Algumas mudanças, segundo Vidal apud Aranha (2006), visavam a organização de novos espaços como forma de manter ordem e a disciplina, que substituíssem a concepção das escolas isoladas, que eram classes mistas compostas por diferentes séries e alunos de diferentes idades na qual o professor lecionava o ensino elementar. Nesse sentido, Cunha apud Magalhães (...) afirma que a reforma do ensino primário e secundário entre 1890 e 1891 “[...] foi uma das mais ousadas e heterodoxas reformas da educação escolar no país [...]” (2006, p. 3).

Sendo assim, o objetivo do projeto político republicano era oferecer educação para todos, no entanto esta se apresentava dualista, pois enquanto possibilitava a continuidade nos estudos para as crianças e jovens oriundas da elite, para o povo o ensino era restrito à educação elementar e profissionalizante (ARANHA, 2006).

De acordo com Piletti (1995), no Artigo 179 inciso 32 da Constituição Imperial de 1824 já era determinada a gratuidade do ensino, porém na Constituição Republicana de 1891 não encontramos nada a respeito. Quanto à responsabilidade pelo ensino primário, assim como no Império eram as Províncias, no início da República continuam sendo os Estados. Somente na Constituição de 1934, promulgada no governo de Getúlio Vargas, é que encontramos junto à gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, sendo a educação primária responsabilidade dos Estados, enquanto que a responsabilidade de criar instituições de ensino secundário e superior caberia à União.

No contexto do período de 1890 a 1900 em São Paulo, os republicanos "[...] redesenham, recriam e reproduzem todo o sistema de ensino paulista [...]" (HILSDORF apud ARANHA, 2006, p. 299), criando assim, uma escola para todas as camadas sociais, embora na prática as vagas fossem poucas e seus candidatos provinham da classe média.

2.1 As ideias pedagógicas nas primeiras décadas do período republicano.

O século XX iniciou-se com o debate dos ideais liberais, os quais conflitaram com a hegemonia católica, abalada a partir de 1889 em decorrência da separação entre Igreja e Estado, medida que retirou das escolas públicas o ensino religioso (SAVIANI, 2008).

Destaca-se, também, neste contexto, a difusão do positivismo, pensamento que iniciou-se com Augusto Comte, no início do século XIX na França, tendo como pressuposto a ideia de que o homem, em sua trajetória, passou por muitos estágios até atingir o "[...] estado positivo que se caracteriza pela maturidade do espírito humano", situação expressa nos avanços conquistados pela ciência moderna e que então modificavam o mundo tecnologicamente (ARANHA, 2006, p. 139). Esta autora destaca que, porém, tais ideias não chegaram a afetar a população em geral, embora tenha sido difundida de maneira significativa nos clubes republicanos e na sociedade positivista do Rio de Janeiro, composta principalmente por elementos da classe média e militares.

O pensamento positivista atribuía grande importância à disciplina e à moral, os quais foram inspiradores da frase da bandeira republicana brasileira "Ordem e Progresso". Quanto à educação, deveria ser respeitada a potencialidade do indivíduo de acordo com seu progresso e alguns defensores do positivismo no Brasil acreditavam que a educação deveria ser feita da seguinte forma "ensino quem quiser, onde quiser e como puder" (ARANHA, 2006, p. 300).

Observa-se que a educação na Primeira República (1889-1930) também teve influência de ideias socialistas e anarquistas, em que os primeiros reivindicavam ao Estado uma educação de qualidade para todos; enquanto os segundos acreditavam que os sistemas públicos respondiam aos interesses das classes dominantes, fazendo com que os próprios grupos anarquistas fundassem escolas direcionadas aos operários na maioria dos estados brasileiros (ARANHA, 2006).

No entanto, o movimento de maior expressão na educação brasileira, entre as décadas de 1920 e 1930, foi o denominado escolanovismo, que provocou grandes discussões entre os liberais e conservadores. Fundamentados no pensamento liberal democrático, defendiam a escola pública para todos, a fim de se alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios (ARANHA, 2006).

É característico desse movimento o entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, sendo o primeiro representado pelas muitas reformas ocorridas naquele período, que incluíram a ampliação do sistema existente e o esforço para difundir a educação. Quanto ao otimismo pedagógico, relaciona-se com as mudanças no modelo educacional, vistas como possibilidade de superação do individualismo e academicismo da educação tradicional, considerando-se a proposta de renovação das técnicas de ensino, mais apropriados ao novo contexto socioeconômico em que o país se encontrava (ARANHA, 2006).

A defesa da escola pública, gratuita e laica como um dever do Estado, a ser implantada em âmbito nacional foi explicitada por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores e publicado em 1932. Maria Lúcia Arruda Aranha (2006) argumenta que este documento foi um marco na história da pedagogia brasileira, pois representa a tomada de consciência sobre a defasagem entre a educação nacional e as exigências do desenvolvimento; embora tenha provocado uma reação do segmento católico conservador que acreditava que a educação deveria estar "vinculada à orientação moral cristã" (p.304).

3. A criação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo

Segundo Marcílio (2005, p. 137), o Estado de São Paulo passou por duas significativas reformas na educação, durante a Primeira República. A primeira, em 1892, intitulada "Reforma Paulista da Instrução Pública", consistia em criar bases para o ensino público paulista e fundamentou a criação e implementação dos Grupos Escolares. A segunda, em 1920, teve como resultado a consolidação do ensino primário obrigatório e gratuito destinado às crianças de 7 a 10 anos, sendo que o principal objetivo era a alfabetização.

Em 1892, a Lei nº 88 de 08 de setembro, que foi regulamentada pelo decreto 144B de 30 de dezembro, iniciou uma reforma geral da educação pública do estado de São Paulo. Saviani (2008, p. 172) afirma que, apesar da reforma abranger todo sistema da educação pública, seu núcleo foi a escola primária, ou seja, originou os grupos escolares, instituições criadas com objetivo de reunir as escolas isoladas existentes.

A função dos grupos era reunir em um só prédio de quatro a dez escolas isoladas, compreendidas no raio de 2 km para meninos e de 1 km para meninas. Em cada grupo escolar era destinado um diretor e quantos professores fossem necessários. As classes eram separadas por sexo e pelo mesmo nível de aprendizagem, sendo os professores a ministrarem aulas para os meninos e professoras para as meninas ou nas salas mistas.

Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, vinculou a implantação da Escola Modelo à Escola Normal, com base nos moldes europeu e norte-americano. O intuito foi adaptar o modelo à educação brasileira e servir como base metodológica para disseminação da reforma no Estado e posteriormente em âmbito nacional (SAVIANI, 2008).

Apesar dos esforços para que esse tipo de educação se expandisse pelo Brasil, Schueler e Magaldi (2008) afirmam que a expansão não foi total. Nesse sentido Souza (2006) salienta que:

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros foi marcada por ambiguidades envolvendo atração, repúdio e apropriação diversas e deve-se não somente à hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas também, e sobretudo, à visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizados com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos e estreitamente associadas aos ideais de modernização da sociedade brasileira. (p. 118-119)

Não só o modelo educacional serviu para estruturar, mas também o modelo arquitetônico, pois caracterizava uma educação de qualidade, "a altura de suas finalidades políticas sociais e servia para propagar o regime republicano" (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p.43)

Esse novo sistema de educação preocupou-se tanto com a formação dos professores quanto na transformação dos processos de ensino que se baseou nos seguintes princípios

[...]o importante papel de formação do cidadão republicano, consolidação do novo regime e promoção do desenvolvimento social e econômico"[...] (SOUZA, 2006, 112).

Diante do pressuposto de que as reformas republicanas educacionais buscavam refletir um sistema político com bases na ordem, os grupos escolares sistematicamente organizados objetivavam a formação do cidadão republicano, que consistia em assumir o papel de formador de caráter, desenvolver virtudes morais, respeito pela pátria e, sobretudo a disciplina.

Os grupos escolares vieram para atender as necessidades da sociedade brasileira que estava passando por um processo de modernização e, para isso, apresentavam características como a classificação dos alunos por nível de conhecimento, formando assim grupos relativamente homogêneos.

Souza (2006) expõe como características do grupo escolar:

[...] a adoção do ensino simultâneo a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. [...] (p.114)

Both (2012, p.1) afirma que as novas instituições escolares tiveram "[...] reconhecimento no contexto socioeconômico, político, público e republicano". O autor ressalta que a educação e a escola seriam o caminho para que o país deixasse o atraso em relação aos outros países mais desenvolvidos e o percurso a ser seguido pelos homens, com o intuito de alcançar melhora, buscando educação, instrução, formação e cultura e por fim, resultar em cidadãos livres.

Berloff e Machado (2012) ressaltam que os grupos escolares iniciaram a igualdade entre os sexos na educação compondo quantidades iguais de salas, no entanto não era permitido a coeducação entre meninos e meninas

É válido ressaltar que esse novo modelo de organização escolar trouxe um desafio aos professores que deveriam ampliar seus conhecimentos a fim de lecionar diferentes disciplinas que foram incluídas no currículo, bem como introduzir ensinamentos relacionados à moral e ações cívicas.

Vidal apud Berloff e Machado (2012) aponta que não foram apenas benefícios, houve também dificuldades na implantação dos grupos, pois os custos eram altos e nem sempre condiziam com a realidade de cada região. Alguns segmentos sociais demonstraram resistência, já que a escola significava o afastamento das crianças do lar e conseqüentemente do trabalho.

Saviani (2008) apresenta que diante das propostas republicanas, os objetivos não foram totalmente alcançados, pois no período analisado ocorreram muitas divergências entre as reformas econômicas e educacionais. Nesse sentido, segundo o autor, é possível afirmar que as reformas educacionais e os grupos escolares contribuíram com as ideias republicanas, no entanto não foram suficientes para acompanhar o desenvolvimento e modernização do país.

4. A fundação do Primeiro Grupo Escolar de Bebedouro

No início do século XX, a cafeicultura era a principal atividade econômica do município de Bebedouro, sendo relevante a ponto de proporcionar a implantação do transporte ferroviário, com ampla estrutura operacional, incluindo a estação ferroviária que, inaugurada em 29 de dezembro de 1902, favoreceu o crescimento populacional e fomentou a imigração para a região. A cultura cafeeira contribuiu com a arquitetura do município, pois palacetes, prédios comerciais e públicos foram construídos nessa época. É importante mencionar que a população urbana e rural do município tinha como principal fonte de renda a produção de café, o que gerou o desenvolvimento do comércio, constituído por pequenas empresas de diferentes setores (CASSEB, 2004).

Anterior a este contexto, Izidoro Filho (1991) relata que a primeira escola de Bebedouro foi criada ainda no final do século XIX, especificamente no ano de 1888. Esta primeira escola era considerada modesta, tendo como objetivo o ensino do alfabeto da língua. Nota-se que, até então, o ensino da época era particular. Também nessa modalidade a segunda escola foi instalada em 1890

O autor faz referência também às escolas particulares dos professores José Nicolau, João Jaime Porfírio, Manoel Antonio da Silva e Quincas Lima, existentes no ano de 1891.

Destaca também que alguns fazendeiros, ao invés de mandar seus filhos à escola, contratavam professores que, por meses ou anos, assumiam a educação das crianças em suas próprias casas.

Também, de acordo com Izidoro Filho (1991), diante da necessidade de ampliar a oferta da educação primária para a população local, foi criada em 1896 pela Lei Municipal nº 11, duas escolas públicas, sendo uma na vila de Bebedor e outra no bairro de Areia.

Com o crescimento da cidade, foi necessário se criar outras escolas para atender a crescente demanda pela educação, pois as crianças vinham de todos os lugares da vila de Bebedor, das chácaras, sítios e fazendas do entorno. Neste sentido foram implantadas novas escolas mantidas pela prefeitura, entre elas as duas primeiras escolas urbanas municipais femininas, a primeira criada em 1896 e a segunda em 1898. Izidoro Filho destaca também a criação em 1908, da famosa escola particular denominada Carlos Gomes, "[...] o ensino primário mais rigoroso da cidade" (1991, p.157).

O rápido crescimento da cidade fez surgir um movimento em 1907 para que a municipalidade adquirisse um terreno destinado à construção do primeiro grupo escolar de Bebedouro. Essa diligência foi comandada pelo então intendente municipal, Dr. Manoel Colaço Brandão Vêras, o que viabilizou a construção do prédio que viria a ser concluído em 1912, sendo que, em 26 de abril de 1913, ocorreria a inauguração do Grupo Escolar de Bebedouro.

4.1 O Grupo Escolar em Bebedouro e o processo de racionalização e padronização do ensino

Conforme foi apresentado nas seções anteriores, o período republicano deu origem a um novo modelo escolar, no qual se propagava a união das escolas isoladas. Foi princípio os ideais da época, apresentando algumas normas para que os municípios do estado de São Paulo pudessem receber autorização para construção dos prédios dos Grupos Escolares, destacando que esse modelo se expandiu posteriormente pelo país.

A criação das escolas centrais é colocada como uma questão simples e decorrente do processo de reforma, bastando reunir em um só prédio as

escolas existentes em uma localidade. Dessa forma, foram criados os Grupos Escolares por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. A denominação de "grupo escolar" foi preferida a "escolas centrais", ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas[...] (SOUZA, 1998, p.46).

Sabendo que na cidade de Bebedouro encontravam-se diversas escolas isoladas públicas e outras particulares, Dr. Brandão Veras, intendente municipal, conseguiu a autorização para a aquisição do terreno que receberia então a construção do prédio do Grupo Escolar de Bebedouro (GAZETA DE BEBEDOURO, 2005).

Nesse contexto, o novo modelo educacional passou a vigorar no município, tendo como princípio a reforma no ensino primário com a racionalização e padronização do ensino. Como prática de garantia desses princípios, o Grupo Escolar era visitado constantemente por Inspectores Escolares, que tinham como função observar e relatar através de registros escritos a situação da Instituição.

Os inspetores observam todos os aspectos do funcionamento da unidade escolar, incluindo os alunos, os professores e a atuação do diretor, conforme pode ser conferido em registro feito em Livro de Atas na data de 23 de julho de 1913, no qual o Inspetor Escolar da época apresentou suas considerações sobre a escola:

Visitei a 21 e 23 do fluente, este Grupo Escolar dirigido pelo distinto e esforçado professor Ilmo. Ludgero Prestes. Este Grupo Escolar que se acha em organização mas pode ainda apresentar resultado apreciável, entretanto, notei muito boa disciplina e [...] ordem. O seu corpo docente é composto de professores unidos e operosos e o seu diretor bem vinculado, garantia segura para que, daqui a muito pouco tempo, este estabelecimento de ensino revalise com os melhores do Estado. Bebedouro, 23 de julho de 1913. José Luis Beit - Inspector Escolar (GRUPO ESCOLAR DE BEBEDOURO, 1913)

Em outro registro, feito em 12 de novembro de 1913, o mesmo Inspetor Escolar apresentou suas impressões:

Em comissão especial, estive hoje neste Grupo Escolar onde eu encontrei tudo em ordem. As classes funcionavam regularmente com bastante disciplina e grau de frequência. Bebedouro, 12 de novembro de 1913. José Luis de Beit - Inspector Escolar (GRUPO ESCOLAR DE BEBEDOURO, 1913).

Estes registros e outros se encontram disponíveis no acervo do Centro de Memória Escolar da atual Escola Estadual Abílio Manoel, atual denominação do antigo Grupo Escolar.

4.1.1 A concepção arquitetônica dos grupos escolares

O espaço físico dos Grupos Escolares foi pensado a partir das especificidades das atividades a serem desenvolvidas. Nesse sentido, Souza (1998) afirma que apesar de os ideais apontarem para a valorização do aluno, o modelo utilizado para a construção das salas de aula levavam em conta critérios disciplinares e a racionalização funcional.

Nessa perspectiva, observamos que a arquitetura dos grupos fora pensada em sua distribuição e disposição de cada espaço, sala de aula, jardim e a localidade da construção do prédio.

As salas de aula eram retangulares com janelas grandes que favoreciam a entrada de luz, as janelas eram construídas em nível acima da cabeça dos alunos, sendo assim, estes não teriam a atenção voltada para fora da sala de aula. (SOUZA, 1998).

Outro aspecto físico relevante nos Grupos Escolares é a mobília das salas, pois estas foram, segundo Souza (1998), pensadas especificamente para respeitar o desenvolvimento do aluno e favorecer postura corporal adequada. Neste sentido, as carteiras individuais evitavam o contato físico entre os alunos, bem como brincadeiras e distrações. "Ordem, limpeza e disciplina são componentes primordiais para uma boa organização escolar, fazem parte de um conjunto de dispositivos de contenção dos gestos, dos instintos, das emoções" (SOUZA, 1998, p.143).

O Grupo Escolar de Bebedouro seguiu os moldes arquitetônicos que buscavam firmar os ideais republicanos da escola pública oferecida na época. O autor do projeto da escola, datado de 1910, foi José Van Humbeeck, imprimiu influência europeia ao prédio construído em dois blocos e divididos em duas alas, sendo elas para meninos, à esquerda e meninas, à direita. Essa divisão era comum nas construções pela rígida separação dos sexos nas escolas. O prédio possuía um porão e suas paredes construídas com blocos possuíam aberturas em arcos (GAZETA DE BEBEDOURO, 2005).

Dada a importância arquitetônica do prédio do Grupo Escolar de Bebedouro, este, segundo Emiliano e Marques (2015), foi reconhecido como:

[...] patrimônio histórico material foi oficializado pela Resolução SC-60 da Secretária da Cultura, de 21 de julho de 2010, que dispõe sobre o tombamento na categoria de bem cultural de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo no período de 1890 a 1930 (p.214).

O prédio do Grupo Escolar de Bebedouro, hoje, Escola Estadual Abílio Manoel, é o único bem tombado na cidade de Bebedouro, no caso pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão público que tem como finalidade proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo.

4.1.2 O perfil do diretor de grupo escolar

Quando se iniciou o ensino público paulista nos grupos escolares o diretor assumiu o papel central, sendo visto como peça chave na organização da escola (SOUZA, 1998). Nesse sentido, Thompson apud Souza (1998) dizia que para o governo o diretor era único responsável pelo grupo escolar.

Souza (1998) afirma que dentre as atribuições do diretor estava a responsabilidade de "[...] organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário". (p.76). A autora relata que o diretor era nomeado pelo governo, deveria ser formado pela Escola Normal do Estado e continuar a lecionar em sala de aula, porém com o auxílio de um professor adjunto.

A posição de diretor era em sua maioria ocupada por homens, dada a diferença entre os gêneros na época e, desse modo, às professoras havia somente a perspectiva do magistério, enquanto que os professores poderiam seguir carreira.

As competências do diretor estabelecidas na legislação foram sendo ampliadas com o passar do tempo, abrangendo aspectos administrativos e pedagógicos [...] Cabia a este fiscalizar todas as classes durante o funcionamento das aulas, elaborar horários, representar a escola, propor ao governo criação e supressão de lugares de adjuntos no grupo e nomeação e dispensa de professores, indicar a nomeação de porteiros, contratar e despedir porteiro e servente, proceder a matrícula, classificação e eliminação de alunos, submetê-los a exames mensais e finais, responder por toda a

escrituração da escola, organizar folha de pagamento e diário de ponto, apresentar relatórios anuais, além de fazer cumprir as disposições legais sobre o recenseamento escolar e impor ao pessoal as penas em que incorressem (SOUZA, 1998, p.81).

Diante de todas essas competências exigidas do diretor, o professor perdeu a autonomia que possuía nas escolas, pois os Grupos Escolares tinham como objetivo a racionalização e a uniformização do ensino. Todo esse autoritarismo, por parte do diretor, causava frequentes conflitos com professores.

Observamos que era papel do diretor criar ou fechar lugares de professores adjuntos, bem como nomear e dispensar os docentes. Nesse sentido, encontramos alguns documentos preservados no Centro de Memória Escolar da Escola Estadual Abílio Manoel, nos quais o então diretor Ludgero Prestes, no ano de 1913, nomeia como professor adjunto, João Leite de Camargo, Maria Benedita Fernandes e Luiza de Oliveira Algodal. Esses documentos registram a promessa dos professores de fidelidade à República, respeitando suas leis, sendo assinados tanto pelo professor quanto pelo diretor.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e treze neste Grupo Escolar, perante o diretor, compareceu João Leite de Camargo, nomeado professor adjunto do mesmo estabelecimento, e prometeu ser fiel à causa da República, observar e fazer observar suas leis e regulamentos e ser exato no cumprimento dos deveres do seu cargo. Em virtude do que foi lavrado o presente termo, que assegura, com o diretor, o aludido professor adjunto. João Leite de Camargo e Ludgero Prestes (GRUPO ESCOLAR DE BEBEDOURO, 1913)

Quanto ao primeiro diretor do Grupo Escolar de Bebedouro, Ludgero Prestes, destaca-se sua trajetória de vida que antecedeu a vinda para assumir o referido cargo, para o qual fora nomeado.

Ainda garoto, Ludgero foi sobrevivente da Guerra de Canudos, ocorrida na última década do século XIX no sertão da Bahia, de onde foi resgatado pelo escritor e jornalista Euclides da Cunha. De acordo com Monteiro (2007), em 22 de setembro de 1897 o garoto já se encontrava sob a tutela de Euclides, e é levado para a capital paulista, onde é entregue ao Dr. Gabriel Prestes, então diretor da Escola Normal da capital paulista.

Emblemático e merecedor de reflexão é o fato de que , livre das mãos dos bárbaros, ao dar início ao seu processo de inserção no mundo considerado como civilizado ao ser matriculado na Escola, Ludgero ganha uma data de aniversário - 15 de novembro. (MONTEIRO, 2007, p.111)

Nesse sentido, a autora afirma não ter conhecimento sobre a data real do seu nascimento e que possivelmente esta data tenha sido escolhida a fim de marcar sua nova vida, então foi escolhida a data da Proclamação da República.

Tendo concluído seus estudos na Escola Normal Caetano de Campo em 1908, Ludgero formou-se professor primário e começou a lecionar em Serra Negra, cidade paulista em que constitui família, casando-se com Beatriz da Cunha Lima, com quem teve quatro filhos. Cinco anos depois, em 1913 foi então nomeado diretor interino do Grupo Escolar de Bebedouro. Ludgero faleceu aos quarenta e três anos no ano de 1934, em Amparo, cidade em que também lecionou.

4.1.3 O exercício do magistério no grupo escolar

Com a reforma do ensino primário, Souza (1998) afirma que houve a necessidade da renovação da formação dos professores. A Escola Modelo atrelada à Escola Normal era incumbida de formar professores capacitados para atuar no ensino primário, no entanto havia dificuldade para tal, pois havia urgência na formação de professores para atender ao novo modelo escolar.

O governo, então, visando suprir a carência de profissionais da educação "[...] se utilizou das escolas complementares, correspondentes ao segundo grau do curso primário para a formação de professores [...]" (SOUZA, 1998 p.64).

De acordo com essa ação do governo o ensino complementar ao ensino primário foi descaracterizado, estabelecendo assim a dualidade da formação de professores. A escola normal oferecia educação de qualidade superior e a escola complementar um ensino precário comparado ao anterior.

Segundo Souza (1998) apesar do governo paulista procurar investir na formação dos professores e valorizar o magistério com concessão de melhores salários aos professores, aos poucos o salário foi se tornando menos atrativo para os homens. Com isso, a utilização do

trabalho feminino no campo da educação foi ganhando e, devido ao aumento das escolas e a necessária contratação de mais professores, as mulheres começaram a se sobressair nessa área.

Esta tendência pode ser notada na composição do primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Bebedouro em 1913, do qual faziam parte dez professores, sendo seis do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Os primeiros professores deste grupo foram Maria Pinto da Fonseca, Clotilde Barroso Litz, Gustavo Fernando Kuhlmann, Francisco Algodoal, João Leite de Camargo, Luiza de Oliveira Algodoal, Beatriz da Cunha Lima Prestes, Fernando Viana, Maria Fernandes e Pedrina Mendes Pinto. (SÃO PAULO, 2003 p. 1).

4.1.4 Meninos e meninas: os alunos do Grupo Escolar

Segundo Souza (1998), os alunos dos primeiros Grupos Escolares originavam-se dos grupos sociais favorecidos, ou seja, grande parcela da população estava fora da escola.

O intuito inicial dos Grupos Escolares era oferecer uma educação pública e de qualidade para todos, no entanto pode-se observar a barreira de colocar as crianças pobres e ricas no mesmo ambiente.

Canto apud Souza (1998) relata que a qualidade do ensino oferecido pelas escolas modelos e nos Grupos Escolares fazia-os atrativos para os filhos dos abastados, que, mesmo podendo pagar uma escola particular, preferiam poupar gastos. A qualidade era marca do ensino público, e, muitas vezes, estes eram escolhidos, enquanto os pobres ficavam excluídos. Com intuito de solucionar esse problema aparente, Souza (1998) cita que a partir de 1906 em algumas localidades em que o número de candidatos excedia o número de matrículas disponíveis, passaram a ter como prática sorteios para os ingressantes.

A Inspeção Geral do ensino não se preocupou em recolher dados sobre as condições sociais dos alunos das escolas públicas, embora exercesse controle sobre matrícula, frequência e promoção. Verifica-se, portanto, uma preocupação acentuada com aspectos relacionados à organização administrativa e a eficiência do ensino. Os únicos dados referentes às características dos alunos, solicitados pela Inspeção, diziam respeito a média das idades e a nacionalidade. O primeiro deles se explica pela observância da obrigatoriedade escolar e pela preocupação com a homogeneização das classes - elemento fundamental nas escolas graduadas.

O segundo refere-se à nacionalidade e às políticas de nacionalização imigrante. (SOUZA, 1998, p.108-109).

Em pesquisa com os livros de matrícula do Grupo Escolar de Bebedouro, Emiliano e Ferreira (2015) constataram que o livro mais antigo refere-se ao ano de 1914 e refere-se aos alunos do sexo masculino, o que possibilitou que traçassem o perfil destes. De acordo com as autoras, quanto à nacionalidade dos pais destes alunos, num total de 269, cerca de 117, o que corresponde à 43% do total, possuíam nacionalidade estrangeira, dentre as quais foram encontradas: italiana; turca; portuguesa; espanhola; sueca; dinamarquesa, árabe, francesa e alemã.

Nessa perspectiva, observamos que dos 269 alunos do sexo masculino matriculados no ano de 1914, 148 eram pertencentes aos 1^{os} anos, enquanto os demais distribuíam-se entre os 2^{os}, 3^{os} e 4^{os} anos. Sendo assim, é possível afirmar com base nos dados apresentados anteriormente, que, a escola tendo apenas um ano de existência, os alunos dos 3^{os} e 4^{os} anos eram oriundos das escolas isoladas e das escolas municipais existentes anteriormente e que foram agrupados na nova instituição.

Foi observado que havia uma diversidade no que se relaciona à idade dos alunos matriculados no 1^o ano, com uma variação entre 6 e 16 anos, sendo que 8 anos foi a idade mais encontrada.

[...] cerca de 20% possuíam 7 anos de idade, considerada a idade de referência apropriada para o ingresso no ensino primário. Segundo Souza (2006) os alunos eram classificados por seu nível de conhecimento formando então hipoteticamente um grupo homogêneo no que se refere a este aspecto (EMILIANO; FERREIRA, 2015, p.218).

De acordo os dados apresentados, podemos observar a equivalência entre o perfil dos alunos dos Grupos Escolares de São Paulo e o Grupo Escolar de Bebedouro, na tentativa de homogeneizar as turmas e também quanto à presença numerosa de imigrantes.

5. Considerações Finais

Considera-se que o período republicano e suas reformas educacionais foram imprescindíveis para a criação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo e posteriormente sua expansão para todo o território nacional e a consolidação de um novo modelo de ensino público.

Neste contexto, diante do crescimento populacional e econômico pelo qual passava o município de Bebedouro, houve a exigência de maior oferta no campo educacional, o que resultou em esforços para a implantação de um Grupo Escolar na cidade, realidade que se concretizou em 1913.

Conclui-se que a nova instituição escolar então criada reunia os princípios de racionalização e padronização do ensino presentes na proposta do governo do Estado. Houve o agrupamento das diversas escolas isoladas existentes no município em um único prédio, no qual se percebeu a reprodução dos conceitos arquitetônicos adotados para os prédios dos Grupos Escolares paulistas.

Observou-se também a articulação entre o cumprimento dos preceitos delineados pelo poder público e as exigências e possibilidades locais, o que inclui o perfil dos alunos da escola e a preocupação com a formação e atuação profissional dos professores, diante da autoridade exercida pelo diretor, cujo desempenho era regularmente observado por meio das visitas feitas pelos inspetores escolares.

Considera-se que esta proposta educacional possibilitou que os alunos fossem formados no perfil do cidadão republicano, aspecto relevante para a educação brasileira, pois foi nesse momento que surgiu a escola verdadeiramente pública no Brasil.

Fontes:

Grupo Escolar de Bebedouro. *Livro de Atas*. 1913. Bebedouro (documento não publicado)

Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2006. p. 131-135

BERLOFFA, Viviane de Oliveira; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A constituição dos grupos escolares no período republicano: perspectivas de modernização da sociedade

brasileira. *Seminário de pesquisa do PPE*. Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_01/009.pdf>. Acesso em: 10 out 2015

BOTH, Sérgio José. Os grupos escolares: uma escola primária no período republicano no Brasil. *NEED-Núcleo de Atividades, Estudos e Pesquisa sobre Educação, Ambiente e Diversidade*. Tangará da Serra, 2012. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/5forumdeeducacao/Livro-digital/os-grupos-escolares-uma-escola-primaria-no-periodo-republicano-no-brasil>> Acesso em: 02 mai 2015.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619014/artigo-121-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>> Acesso em 28 mar. 2015

CASSEB, Maria José Bueno org. *Bebedouro: cidade coração*. São Paulo: Noovha América, 2004.

EMILIANO, Joyce Monteiro; FERREIRA, Simone Marques. História e Memória: o perfil dos alunos do Primeiro Grupo Escolar de Bebedouro em 1914 e 1975. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*. Bebedouro, 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/22042015202641.pdf>>. Acesso em: 13 out 2015

GAZETA DE BEBEDOURO. Arquitetura a serviço da educação. *Suplemento Especial de Aniversário de Bebedouro*, edição no. 7981, de 3 de maio de 2005, p. 4.

IZIDORO FILHO, Manoel. *Reminiscências de Bebedouro*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1991.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. *A educação na Primeira República*. v. 15, Itapetinga, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Livia_D_Rocha_Magalhaes_artigo.pdf> Acesso em: 02 mai 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Canudos: as crianças do sertão como butim de guerra*. Rio de Janeiro–PUC–Programa de Pós–Graduação em História Social da Cultura, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10799/10799_1.PDF>. Acesso em: 13 out 2015.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

SÃO PAULO. *Grupo Escolar de Bebedouro*. São Paulo: Centro de Referências Mario Covas, 2003. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1911-1915/1913_bebedouro.pdf> Acesso em 18 out 2015.

SAVIANI, Demerval. *O legado educacional do “longo século XX” brasileiro*. In: *O legado Educacional do século XX no Brasil*. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira Mello de. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>> Acesso em 03 mai 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Lições da escola primária* In: O legado Educacional do século XX no Brasil. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.